

MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO
GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR
(coordenadores)



PIS e Cofins

à luz da jurisprudência do CARF

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Volume 2

Adolpho Bergamini	José Antonio Minatel
Antônio Lisboa Cardoso	Karen Lie Mizumoto
Bernardo Motta Moreira	Letícia de Souza Zugaib
Bruno Francisco Chaves de Resende	Luciano Lopes de Almeida Moraes
Cassio Sztokfisz	Luís Eduardo Garrossino Barbieri
Cláudio Augusto Gonçalves Pereira	Marco Aurélio Greco
Daniel Dix Carneiro	Matheus Cherulli Alcantara Viana
Daniele Souto Rodrigues	Maurício Pereira Faro
Edison Carlos Fernandes	Natanael Martins
Fábio Pallaretti Calcini	Osnildo de Souza Júnior
Fabiola Cassiano Keramidas	Pedro Anan Jr.
Geraldo Valentim Neto	Pedro Guilherme Accorsi Lunardelli
Gilberto de Castro Moreira Junior	Rodrigo Cardozo Miranda
Gileno G. Barreto	Rodrigo E. Munhoz
Hercília Maria do A. dos Santos Bauer	Rogério Cesar Marques
Heroldes Bahr Neto	Sergio André Rocha
Igor Nascimento de Souza	Sidney Stahl
Ivan Allegretti	Solon Sehn
João Carlos Cassuli Jr.	Valdete Marinheiro

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P753

PIS e Cofins à luz da jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais : volume 2 / Gilberto de Castro Moreira Junior, Marcelo Magalhães Peixoto (coordenadores). - São Paulo : MP Ed., 2013.

560p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7898-057-3

1. PIS. 2. COFINS. 3. Contribuições (Direito tributário) - Brasil. 4. Direito tributário - Jurisprudência. I. Moreira Junior, Gilberto de Castro. II. Peixoto, Marcelo Magalhães, 1971- III. Brasil. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

12-8764

CDU: 34:336.23

Produção editorial/gráfica
Mônica Aparecida Guedes

Diretor responsável
Marcelo Magalhães Peixoto

Impressão e acabamento
Orgrafic

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA	
N.º	DATA
951751	19/11/2013

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2013
Av. Paulista, 1.776 – 1º andar
01310-200 – São Paulo
Tel./Fax: (11) 3101 2086
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br
ISBN 978-85-7898-057-3

951751

SUMÁRIO

Apresentação	5
PIS e COFINS – substituição tributária sobre receitas auferidas com a venda à Zona Franca de Manaus de produtos sujeitos ao regime monofásico	15
<i>Adolpho Bergamini</i>	
1. Introdução	15
2. Substituição tributária	16
3. Regime monofásico	17
4. Substituição tributária e regime monofásico nas operações envolvendo a Zona Franca de Manaus	21
5. Conclusão	26
Conceito de insumo para fins de crédito presumido de IPI	29
<i>Antônio Lisboa Cardoso</i>	
A desmutualização das bolsas de valores e seus efeitos fiscais para PIS/COFINS	41
<i>Cassio Sztokfisz</i>	
<i>Igor Nascimento de Souza</i>	
I. Introdução	41
II. A operação de desmutualização	42
III. Escrituração das ações no ativo permanente ou no ativo circulante? Intenção de venda como fator determinante da classificação contábil	46
IV. Da operação de incorporação de ações da BOVESPA HOLDING S.A. pela Nova Bolsa S.A.	58
V. Conclusões	69
O alargamento do conceito de insumos para fins das contribuições devidas ao PIS e COFINS	71
<i>Cláudio Augusto Gonçalves Pereira</i>	
1. Introdução	71
2. Considerações gerais sobre as Contribuições ao PIS e à COFINS	71
3. Fato gerador e base de cálculo das contribuições – PIS-PASEP e COFINS	76
4. Decisões do CARF sobre o conceito de insumos e sua aplicação ao PIS-PASEP e à COFINS	78
5. Apelação cível n. 0000007-252010.404.7200/SC – 1ª Turma – TRF4	80
6. Nova Era	81

7. Conclusões	82
Bibliografia	82
Sites consultados	83

O posicionamento do CARF frente à apropriação de créditos das contribuições PIS/COFINS sobre os dispêndios com frete nas operações de transferências de produtos **85**

Daniel Dix Carneiro

Bruno Francisco Chaves de Resende

1. Introdução e delimitação do tema	85
2. Breves considerações sobre o regime não cumulativo de apuração das contribuições PIS/COFINS	87
3. Do conceito de insumo para fins de apropriação do crédito das contribuições PIS/COFINS	90
4. Os serviços de frete na transferência de bens e sua caracterização como insumo	96
5. Considerações finais	99

Tratamento do deságio decorrente da aquisição de investimento para a contribuição ao PIS e para a COFINS **101**

Edison Carlos Fernandes

Introdução	101
Fundamento contábil-societário do deságio de investimento	102
Tratamento tributário do deságio de investimento	108
Posição do CARF sobre a matéria	109

PIS e COFINS no agronegócio. Novas ponderações **111**

Fábio Pallaretti Calcini

1. Introdução	111
2. PIS e COFINS, não cumulatividade e noção de insumo. A importância da peculiaridade da atividade econômica para a manutenção do crédito	112
3. Agroindústria. Apuração do crédito presumido. Lei n. 10.925/2004 e alterações. Alíquota: em função da aquisição ou do produto?	120
4. Crédito presumido. Art. 8º da Lei 10.925/2004. Momento de apuração e dedução	126
5. Insumos submetidos à alíquota zero. Direito ao crédito presumido	128
6. Agroindústria. Crédito presumido. Café. Manutenção. Exportadora. Possibilidade de compensação ou ressarcimento	131
7. Suspensão. Início de vigência da Lei n. 11.051/2004. Necessidade ou não de regulamentação?	132
8. Considerações finais	135

Operações com deságio e a incidência de PIS e COFINS não cumulativos	137
<i>Fabiola Cassiano Keramidas</i>	
I. Introdução	137
II. Da base de cálculo do PIS e Cofins não cumulativos	137
III. Da “receita de deságio”	139
IV. Conclusão	142
 A incidência do PIS e da COFINS em subcontratações promovidas por concessionária de ferrovia	 143
<i>Geraldo Valentim Neto</i>	
<i>Karen Lie Mizumoto</i>	
I. Considerações introdutórias	143
II. Noções preliminares: conceito de “receita”	145
III. Breve histórico e distinções entre as sistemáticas de apuração do PIS e da COFINS	149
IV. A base de cálculo do PIS e da COFINS no regime cumulativo e o princípio da capacidade contributiva	151
V. A sistemática de apuração do PIS e da COFINS no regime não cumulativo	156
VI. Conclusões	162
VII. Bibliografia	163
 Créditos extemporâneos do PIS e da Cofins	 165
<i>Gilberto de Castro Moreira Junior</i>	
<i>Rodrigo E. Munhoz</i>	
<i>Rogério Cesar Marques</i>	
1. Objetivo do presente estudo	165
2. A sistemática não cumulativa do PIS e da Cofins	165
3. Créditos extemporâneos – possibilidade e formas de apropriação	168
 Sobre os créditos das contribuições ao PIS e da COFINS dos dispendios com o transporte de mercadorias	 177
<i>Gileno G. Barreto</i>	
I. Considerações iniciais	177
II. Do princípio da autonomia dos estabelecimentos	181
III. Da possível caracterização do frete na “transferência” como frete na “operação de venda”	185
IV. Possibilidade de créditos de PIS/COFINS sobre frete nas “transferências”	188
V. A Jurisprudência administrativa recente	191
VI. Conclusão	199

Operações de desmutualização da BOVESPA e BM&F e a não incidência de PIS e COFINS sobre a alienação das ações recebidas 201

Hercília Maria do A. dos Santos Bauer

1. Da desmutualização da BOVESPA e da BM&F 201
2. Posicionamento da Receita Federal em relação à incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas derivadas da alienação das participações societárias na BOVESPA S/A e na BM&F S/A 204
3. A classificação das ações como ativo permanente das corretoras e a não incidência do PIS e da COFINS 206
4. A impossibilidade de incidência do PIS e da COFINS sobre receitas derivadas de venda de ações/investimentos próprios de uma instituição financeira 211
5. Conclusões 219

Análise crítica da jurisprudência do CARF a respeito do creditamento de PIS/COFINS sobre dispêndios com frete (no comércio, na indústria e na prestação de serviços) 221

Heroldes Bahr Neto

Osnildo de Souza Júnior

1. Introdução 221
2. Gastos com frete no comércio 223
3. Gastos com frete na indústria e na prestação de serviços 228
4. Conclusões 234

O crédito de PIS/Cofins no regime não cumulativo em relação às despesas com combustível, transporte e frete 237

Ivan Allegretti

1. Introdução 237
2. Crédito de IPI, despesa operacional de IRPJ ou um terceiro critério? 238
3. O crédito pela aquisição de combustível, serviço de transporte e frete 241
4. Conclusão 245

Agroindústria: crédito presumido de PIS e COFINS – direito à compensação ou ao ressarcimento do crédito presumido da agroindústria (art. 8º da Lei n. 10.925/2004) 247

João Carlos Cassuli Jr.

1. Introdução 247
2. Evolução histórica da legislação do crédito presumido da agroindústria no regime da não cumulatividade 248
3. Conclusão 264

PIS-COFINS: não cumulatividade e registro de crédito nas "comissões sobre vendas" devidas à pessoa jurídica 267

José Antonio Minatel

1. Da não cumulatividade do PIS e da COFINS 267
2. Da inerência do encargo de "comissão sobre vendas", sempre concomitante e vinculado à receita 268
3. Direito ao crédito de PIS e COFINS e amplitude do conceito de "insumos" 269
4. Direito ao crédito de PIS e COFINS sobre encargo de "comissões sobre vendas" 277
5. Conclusão 281

Da tributação das cessões de crédito de ICMS pelo PIS e COFINS não cumulativos 283

Luciano Lopes de Almeida Moraes

- Introdução 283
- Do PIS e da COFINS 284
- Das cessões de ICMS 287
- A cessão de crédito de ICMS não é receita 288
- Da imunidade 290
- Da jurisprudência do CARF 292
- Conclusão 294

A incidência do PIS e da COFINS sobre receitas de vendas de mercadorias destinadas à Zona Franca de Manaus 295

Luís Eduardo Garrossino Barbieri

1. Introdução 295
2. A Zona Franca de Manaus – criação, conceito e natureza jurídica 295
3. Incentivos fiscais na Zona Franca de Manaus 298
4. Jurisprudência do CARF 305
5. Conclusão 316

PIS e COFINS – Créditos acumulados de ICMS 319

Marco Aurélio Greco

- Consulta 319
- Parecer 320

PIS e Cofins – Fretes pagos para o transporte de mercadorias 347

Marco Aurélio Greco

- Consulta 347
- Parecer 348

Comissões pagas a agências de publicidade pelos veículos de divulgação e as contribuições ao PIS/PASEP e à COFINS **359**

Matheus Cherulli Alcantara Viana

I. Introdução	359
II. Base de cálculo e as contribuições ao PIS/PASEP e à COFINS	360
III. Veículos de divulgação, agenciamento de publicidade e as comissões	364
IV. Jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	367
V. Conceitos de faturamento e preço do serviço: necessidade de conformação com a jurisprudência dos Tribunais Superiores	371
VI. A Lei n. 12.232/10 e o desconto-padrão como receita de terceiros	375
VII. Conclusão	376

Indenizações e o PIS e COFINS **379**

Maurício Pereira Faro

Bernardo Motta Moreira

1. Introito	379
2. Matriz constitucional e hipótese de incidência das contribuições para o financiamento da seguridade social	380
3. Conceito de indenização, espécies e sua repercussão no patrimônio	385
4. Incidência do PIS e da COFINS sobre indenizações	388
5. A posição da Receita Federal do Brasil e o entendimento já manifestado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	390
6. Conclusões	394

A evolução do conceito de insumo relacionado à contribuição ao PIS e à COFINS **397**

Natanael Martins

Daniele Souto Rodrigues

Introdução	397
1. Previsão normativa do conceito de insumo	398
2. Paralelo com a sistemática do IPI e ICMS	405
3. Paralelo com a sistemática do Imposto sobre a Renda	408
4. Jurisprudência atual	414
Conclusões	420
Referências e bibliografia consultada	423

As bonificações e os descontos comerciais: a incidência ou não do PIS e da COFINS **425**

Pedro Anan Jr.

I. Introdução	425
II. Do tratamento contábil das bonificações e descontos comerciais	426

III. Do tratamento tributário dos descontos comerciais ou bonificações para fins de apuração do PIS e da COFINS	429
IV. Exemplos de práticas comerciais que ensejam bonificações ou descontos comerciais pelas redes varejistas	436
V. Conclusões	440
 "Insumo do insumo", etapas precedentes à industrialização e o direito a crédito de PIS e de Cofins não cumulativos	 441
<i>Pedro Guilherme Accorsi Lunardelli</i>	
<i>Letícia de Souza Zugaib</i>	
1. PIS e Cofins não cumulativos - um breve histórico	441
2. O regime da não cumulatividade	443
3. A materialidade do PIS e da Cofins, o conceito de insumo e a impossibilidade de aplicação do regime não cumulativo do IPI/ICMS às contribuições sociais para o PIS e a Cofins	446
4. A possibilidade de utilização de créditos sobre insumos adquiridos em etapas precedentes à industrialização; análise de casos concretos – Processo de Solução de Consulta n. 415 de 2009 da 8ª Região Fiscal da RFB e do Acórdão n. 3301-00.661 do CARF	456
 A controvérsia continua: ainda sobre o conceito de "insumos" para PIS e COFINS	 461
<i>Rodrigo Cardozo Miranda</i>	
I. Introdução	461
II. Breve histórico da legislação e da jurisprudência do STF sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS	462
III. Análise da jurisprudência do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – sobre o conceito de insumos para fins de creditamento no regime da não cumulatividade do PIS e COFINS	470
IV. Do critério próprio decorrente da legislação do PIS e da COFINS para conceituação de insumos – legitimidade ampla para creditamento	476
V. Análise de recentes decisões judiciais sobre o tema	480
VI. Conclusão	487
 Base de cálculo do PIS&COFINS-Importação e da CIDE-Royalties e reajuste do IRRF	 489
<i>Sergio André Rocha</i>	
1. Introdução	489
2. Da base de cálculo do PIS&COFINS-Importação e da CIDE-Royalties	490
3. A posição da RFB em decisões de consulta	491
4. A posição do CARF no Acórdão n. 3201-00.415	493

5. Nossos comentários	494
6. Conclusão	496

O PIS e a COFINS das instituições financeiras – uma visão sistêmica 497

Sidney Stahl

I. Introdução	497
II. Um resumo do assunto	499

Crédito presumido de IPI e a base de cálculo de PIS e Cofins 519

Solon Sehn

1. Introdução e delimitação do tema	519
2. Diferenciação entre a materialidade do PIS/Pasep e da Cofins nos regimes cumulativo e não cumulativo	519
3. Dos créditos presumidos concedidos como subvenção de custeio	523
4. Dos créditos concedidos como subvenção para investimentos	528
5. Conclusões	537

O PIS/Cofins não cumulativo sobre o serviço de transporte rodoviário de carga 539

Valdete Marinheiro

1. Introdução	539
2. Histórico	539
3. PIS/COFINS não cumulativo e o critério adotado	541
4. PIS/COFINS não cumulativo sobre a prestação de serviço de transporte rodoviário de carga e sua base de cálculo	542
5. Exceções da base de cálculo do PIS/COFINS não cumulativo	543
6. Alíquotas do PIS/COFINS não cumulativo	552
7. Os créditos do PIS/COFINS não cumulativo	553
8. Cálculo do crédito do PIS/COFINS não cumulativo	558
9. Crédito presumido na prestação do serviço de transporte	558
10. Créditos do PIS/COFINS sobre aluguéis de veículos automotores e caminhões	559
11. Outros créditos do PIS/COFINS	559
12. Isenções do PIS/COFINS no transporte rodoviário de carga	560

MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO
GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR
(coordenadores)

PIS e Cofins

à luz da jurisprudência do CARF
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Volume 3

Ademir Bernardo da Silva Jr.	Igor Nascimento de Souza
Adolpho Bergamini	Ives Gandra da Silva Martins
Antonio Reinaldo Rabelo Filho	Jéssica Fernandes Freiras
Augusto César Tenório Moura	João Carlos Cassuli Jr.
Bernardo Motta Moreira	José Fernandes do Nascimento
Bruno Francisco Chaves de Resende	Kalinka Conchita Ferreira da Silva Bravo
Carlos Alberto Nascimento e Silva Pinto	Lucas Esteves Borges
Cassio Sztokfisz	Luis Eduardo Garrossino Barbieri
Charles Mayer de Castro Souza	Marcelo Magalhães Peixoto
Cláudio Augusto Gonçalves Pereira	Maurício Pereira Faro
Daniel Dix Carneiro	Natanael Martins
Edmar Oliveira Andrade Filho	Osnildo de Souza Junior
Fabiola Cassiano Keramidas	Pedro Anan Jr.
Fábio Pallaretti Calcini	Pedro Guilherme Accorsi Lunardelli
Fernando L. Lobo d'Eça	Ricardo J. Verdile
Flávio de Sá Munhoz	Rodrigo Cardozo Miranda
Gabriel Ulhôa Canto Gebara	Rodrigo E. Munhoz
Geraldo Valentim Neto	Rogério Cesar Marques
Gilberto de Castro Moreira Junior	Sidney Stahl
Gileno G. Barreto	Solon Sehn
Gustavo Martini de Matos	Tarásio Campelo Borges
Hercília Maria do A. dos Santos Bauer	Thalles Eduardo S. Gracelácio da Paixão
Heroldes Bahr Neto	Thiago Moura de Albuquerque Aives
	Winderley Morais Pereira

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P753

PIS e Cofins à luz da jurisprudência : Conselho Administrativo de Recursos Fiscais : volume 3 / coordenação Marcelo Magalhães Peixoto, Gilberto Castro Moreira Junior. - 1. ed. - São Paulo : MP Ed., 2014.

584 p. ; 23 cm.

(PIS e Cofins à luz da jurisprudência do CARF ; 3)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7898-066-5

1. PIS. 2. COFINS. 3. Contribuições (Direito tributário) - Brasil. 4. Direito tributário - Jurisprudência. I. Peixoto, Marcelo Magalhães, 1971- . II. Moreira Junior, Gilberto de Castro. III. Brasil. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

14-11709

CDU: 34:336.23

Produção editorial/gráfica
Mônica Aparecida Guedes

Diretor responsável
Marcelo Magalhães Peixoto

Impressão e acabamento
Orgrafic

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2014
Rua Cincinato Braga, 340 - 12º andar
01333-010 – São Paulo, SP
Tel./Fax: (11) 3467-2676
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br
ISBN 978-85-7898-066-5

SUMÁRIO

Apresentação	5
O regime não cumulativo aplicável às contribuições ao PIS e Cofins em relação aos contribuintes que as apurem sob o regime cumulativo e não cumulativo (regime misto). Critérios para cálculo do coeficiente de rateio proporcional	17
<i>Antonio Reinaldo Rabelo Filho</i>	
<i>Thalles Eduardo S. Gracelácio da Paixão</i>	
1. Introdução	17
2. O rateio proporcional	20
3. Conclusão	33
Imunidade das entidades beneficentes de assistência social dedicadas à área educacional em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins	35
<i>Carlos Alberto Nascimento e Silva Pinto</i>	
A constituição do usufruto de ações e sua tributação por PIS e COFINS	51
<i>Cassio Sztokfisz</i>	
<i>Igor Nascimento de Souza</i>	
I. Do usufruto e sua constituição	52
II. Do regime de apropriação das receitas com a constituição do usufruto	55
III. Da tributação por PIS e COFINS das receitas decorrentes da constituição de usufruto e a jurisprudência do CARF	58
IV. Das conclusões	66
O propalado conceito constitucional de receita e o equívoco cometido pelo Supremo Tribunal Federal ao excluir, da base de cálculo do PIS/Cofins, os valores obtidos com a transferência de créditos de ICMS a terceiros	69
<i>Charles Mayer de Castro Souza</i>	
I. Introdução	69
II. A Constituição Federal e o conceito de receita	70
III. O crédito presumido de ICMS que concedem, a título de benefício fiscal, os estados da federação	74
IV. A transferência de créditos de ICMS a terceiros	78
V. Conclusão	80

Frete na operação de venda: transferência entre estabelecimentos necessária ao processo de comercialização 81

Cláudio Augusto Gonçalves Pereira

I. Introdução	81
II. Resumo da lide administrativa	81
III. Análise da matéria	83
IV. Conclusão	88
V. Bibliografia	88

A apropriação de créditos das contribuições PIS/COFINS sobre a parcela do ICMS-ST incidente sobre aquisição de produtos destinados à revenda e sua possível apreciação futura pelo CARF 91

Daniel Dix Carneiro

Bruno Francisco Chaves de Resende

1. Introdução	91
2. A possível abrangência do princípio da não cumulatividade na apuração das contribuições PIS/COFINS	92
3. Do instituto da substituição tributária para o ICMS	94
4. O valor do ICMS-ST como parcela integrante do custo de aquisição da mercadoria a ser revendida	98
5. Do desconto de créditos das Contribuições PIS/COFINS sobre a parcela do ICMS-ST	102
6. Considerações finais	106

Créditos de PIS e Cofins: insumos utilizados na fabricação, na produção, na prestação de serviços e na revenda de bens 109

Edmar Oliveira Andrade Filho

1. Conceitos fundamentais	109
2. Insumos da fabricação	111
3. Insumos da produção	117
4. Insumos da prestação de serviços	121
5. Comercialização ou revenda de mercadorias	122

A incidência de PIS e Cofins no setor das operadoras de saúde 127

Fabiola Cassiano Keramidas

I. Introdução	127
II. Características específicas da base de cálculo do PIS e Cofins das OPS	128
III. Do advento da Lei n. 12.973 de 24/10/2013	143
IV. Conclusão	144

PIS e COFINS. Não cumulatividade, insumo e agronegócio.	
A jurisprudência do CARF	145
<i>Fábio Pallaretti Calcini</i>	
1. Introdução	145
2. PIS e COFINS. Não cumulatividade, insumo e atividade econômica.	
Amplitude e contextualização do processo produtivo na Agroindústria.	
Jurisprudência do CARF	147
 Aspectos da incidência do PIS e da Cofins sobre os serviços	 157
<i>Fernando L. Lobo d'Eça</i>	
I. Introdução	157
II. As características econômicas e jurídicas da prestação de serviços	159
III. A não incidência do PIS e da Cofins sobre os ressarcimentos de custos de serviços compartilhados entre controladora e controladas	161
IV. Os serviços como insumos do processo produtivo e o direito ao crédito de PIS e Cofins	168
Referências bibliográficas	171
 Incidência de PIS e Cofins sobre receitas decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio	 173
<i>Flávio de Sá Munhoz</i>	
 O creditamento de valores pagos a título de direitos autorais na sistemática não cumulativa de apuração do PIS e da Cofins	 179
<i>Geraldo Valentim Neto</i>	
<i>Gabriel Ulhôa Canto Gebara</i>	
I. Introdução	179
II. Conceito de insumos à luz da legislação do PIS e da Cofins, da doutrina e da jurisprudência administrativa	179
III. Natureza dos valores pagos a título de direitos autorais	187
IV. Conclusão	193
 Créditos de PIS e de Cofins na formação, desenvolvimento e manutenção de florestas para produção de celulose	 195
<i>Gilberto de Castro Moreira Junior</i>	
<i>Ademir Bernardo da Silva Jr.</i>	
1. Objetivo do presente estudo	195
2. A sistemática não cumulativa do PIS e da Cofins	195
3. Conceito de insumo	197

4. Dos créditos de PIS e de COFINS sobre as despesas necessárias para formação, desenvolvimento e manutenção de florestas para produção de celulose	202
5. Dos créditos de PIS e de COFINS sobre as despesas (encargos) de exaustão	207
6. Conclusão	210

O direito ao desconto de créditos de PIS e COFINS sobre o valor do bem: o ICMS-ST como parte do custo de aquisição de bens destinados à revenda

211

Gilberto de Castro Moreira Junior

Ricardo J. Verdile

1. Introdução	211
2. O ICMS substituição tributária para frente e seus reflexos na formação do valor do bem e no custo de aquisição de mercadorias	213
3. O direito ao desconto de créditos de PIS e COFINS sobre bens adquiridos para revenda	221
4. Conclusão	228

Da incidência das contribuições ao PIS e da COFINS não cumulativas sobre as receitas das operações típicas das administradoras de cartões

231

Gileno G. Barreto

1. Introdução	231
2. Breve distinção entre as Administradoras de Cartões	232
3. Das atividades inerentes às Administradoras de Cartões – Visão Geral	233
4. Da controvérsia acerca da incidência do PIS e da COFINS sob o regime não cumulativo	234
5. Conclusão	250

A não incidência do PIS e da COFINS sobre valores recebidos a título de Subvenção para Investimento

251

Hercília Maria do A. dos Santos Bauer

1. Subvenções – conceito e definições	251
2. Das regras aplicáveis à contabilização das subvenções para investimento	259
3. Da jurisprudência a respeito das incidências tributárias sobre as subvenções conferidas por meio de benefícios fiscais	262
4. Conclusões	266

Crédito de PIS/COFINS sobre os gastos com o desembaraço aduaneiro: uma análise crítica da orientação atualmente predominante no âmbito da Receita Federal do Brasil **269**

Heroldes Bahr Neto

Osnildo de Souza Junior

1. Introdução	269
2. A posição atualmente predominante na Receita Federal do Brasil	270
3. Relevância do tema para o CARF	273
4. Direito ao crédito de PIS/COFINS: uma exigência decorrente da opção pelo método hermenêutico sistemático	274
5. Conclusão	280

O princípio da não cumulatividade nas contribuições sociais – PIS/COFINS **283**

Ives Gandra da Silva Martins

Crédito presumido de PIS e Cofins das agroindústrias exportadoras – aplicação retroativa das Leis n. 12.058/2009 e n. 12.350/2010, aos pedidos de ressarcimento e compensação pendentes de julgamento **293**

João Carlos Cassuli Jr.

1. Introdução	293
2. Da retroatividade benigna aplicável às normas que permitiram o ressarcimento e a compensação dos créditos presumidos de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil	295
3. A visão da jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF relativamente às operações de exportações	301
4. Conclusão	304

Base de cálculo do PIS/COFINS das operadoras de plano de assistência à saúde à luz da jurisprudência do CARF **305**

José Fernandes do Nascimento

1. Introdução	305
2. Do regime de apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins	306
3. Da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins	307
4. Da exclusão da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins	309
5. Da dedução dos valores das responsabilidades cedidas	310
6. Da dedução das contraprestações destinadas à constituição de provisões técnicas	313
7. Da dedução do valor das indenizações dos eventos ocorridos, efetivamente pago	315
8. Da adição das importâncias recebidas a título de transferência de responsabilidade	322
9. Da análise da jurisprudência do CARF	324
10. Conclusões	331

PIS e COFINS – análise quanto à possibilidade de créditos: enquadramento da lenha adquirida por cooperativa de leite no conceito de insumos 333

Kalinka Conchita Ferreira da Silva Bravo

Pedro Anan Jr.

I. Limitação ao crédito: Solução de Consulta n. 5 - SRRF10/DISIT	333
II. Do enquadramento da lenha no conceito de insumo, para fins do direito ao crédito de PIS e COFINS	334
III. Conclusões	347

O direito ao crédito do PIS e da Cofins sobre o valor do frete pago no transporte no território nacional de bens importados 349

Luís Eduardo Garrossino Barbieri

1. Introdução	349
2. A incidência do PIS e da Cofins - materialidades	351
3. Direito ao crédito do PIS e da Cofins - possibilidades	354
4. Jurisprudência do CARF	360
5. Conclusão	361

PIS e Cofins – Distribuidoras de combustíveis derivados de petróleo: Parecer 363

Marcelo Magalhães Peixoto

Adolpho Bergamini

Augusto César Tenório Moura

1. Consulta	363
2. Contribuição ao PIS e COFINS	366
3. Da apropriação do crédito pelo rateio – proporcionalidade	398
4. Do conceito de industrialização no direito brasileiro	403
5. Do ressarcimento e da compensação dos créditos de PIS e COFINS	412
6. Conclusões	418

PIS/COFINS sobre os valores decorrentes da desapropriação para fins de reforma agrária 423

Maurício Pereira Faro

Bernardo Motta Moreira

1. Introdução	423
2. Análise do julgado do CARF	425
3. Conclusão	433

Rateio de custos e de despesas – tratamento tributário em relação à contribuição ao PIS e à COFINS: uma necessária incursão pelo conceito de receita, pressuposto da tributação **435**

Natanael Martins

1. Introdução	435
2. A indefinição (ainda) da jurisprudência do CARF	437
3. A natureza jurídica do convênio de rateio de custos e de despesas	440
4. O conceito de receita: hipótese de incidência da contribuição ao PIS e da COFINS	442
5. O conceito de receita em face do Poder Judiciário	446
6. A opinião da Coordenação do Sistema de Tributação – COSIT, da Secretaria da Receita Federal do Brasil	449
7. Conclusões	454
8. Bibliografia	456

PIS e COFINS – apropriação de créditos relacionados a aquisições de bens do ativo permanente **457**

Pedro Guilherme Accorsi Lunardelli

Gustavo Martini de Matos

1. Introdução	457
2. A isenção	461
3. O conceito de insumo	473
4. Conclusões	476

Da não incidência do PIS e da Cofins sobre cessões onerosas de créditos de ICMS para terceiros. Da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n. 606.107.

Algumas reflexões **479**

Rodrigo Cardozo Miranda

Jéssica Fernandes Freirias

I. Introdução	479
II. Breve histórico da legislação	481
III. Do Recurso Extraordinário n. 606.107	485
IV. Do entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	494
V. Conclusão	499

A incidência de PIS e COFINS na importação de serviços e o entendimento do CARF **503**

Rodrigo E. Munhoz

Rogério Cesar Marques

1. Introdução	503
2. PIS e COFINS sobre importação de bens e serviços	503
3. A problemática da questão dos resultados verificados no Brasil	506
4. Entendimento da Receita Federal em casos envolvendo a incidência do PIS/COFINS-Importação	512
5. O entendimento do CARF	514
6. Bibliografia	516

Venda de mercadorias para Zona Franca de Manaus e a isenção/imunidade das contribuições para o PIS e a COFINS **519**

Sidney Stahl

Creditamento de PIS/Pasep e Cofins nos gastos com frete **533**

Solon Sehn

1. Introdução e delimitação do tema	533
2. Regime jurídico da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins	533
3. Frete nas operações de venda e nas aquisições de insumos e de bens para revenda no território nacional	535
4. Crédito na transferência de produtos acabados entre estabelecimentos do contribuinte	539
5. Possibilidade de creditamento autônomo do frete nas aquisições de produtos que não autorizam o direito ao crédito	542
6. Particularidades do crédito do frete nas operações de importação	544
Conclusões	548

Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins – base de cálculo na prestação de serviços lotéricos **549**

Tarásio Campelo Borges

Lucas Esteves Borges

Escopo	549
Breve registro histórico	549
Base de cálculo	549
Base de cálculo no regime cumulativo	550
Base de cálculo no regime não cumulativo	550
Receita das prestadoras de serviços	550
Faturamento ou receita das prestadoras de serviços lotéricos	554
Conclusão	557

PIS/COFINS não cumulativos: o regime legal do desconto de créditos em aquisições suspensas, isentas, alíquota zero, não tributadas e as hipóteses de não estorno do crédito nas saídas de mercadorias	559
<i>Thiago Moura de Albuquerque Alves</i>	
1. Introdução	559
2. A não cumulatividade do PIS/COFINS	559
3. Regime legal do desconto de créditos em aquisições suspensas, isentas, alíquota zero ou não tributadas	561
4. Conclusão	571
 A não incidência do PIS e da COFINS sobre a exportação de serviços	 573
<i>Winderley Moraes Pereira</i>	
Introdução	573
Exigência de beneficiário pessoa estrangeira e do ingresso de divisas	574
Conceito de serviço	576
Serviço de logística no comércio exterior	578
Serviço entre empresas coligadas e controladas	581
A questão da prova	582
Conclusão	583